

---

LANG, Uwe Michael: *Rivolti al Signore. L'orientamento nella preghiera liturgica*. Prefácio Joseph Ratzinger. Tradução (do inglês) Laura Tasso. Siena: Edizioni Catangalli, 2006. 21 x 14 cm. 149 pp. ISBN 88-8272-257-0

---

Publicada em 2004 nos Estados Unidos, com prefácio do então Cardeal Ratzinger, a presente obra foi lançada em tradução italiana, no mês de abril passado, causando “frisson” nos círculos eclesiásticos da Itália. A reação é compreensível, quando se considera a tese fundamental do livro e a autoridade (agora papal) do prefaciador. Lang defende que a oração litúrgica e, em especial, sua expressão máxima, a oração eucarística, devem ser pronunciadas estando todos os participantes (sacerdote, inclusive) “voltados ao Senhor” (*rivolti al Signore*) e não, como se tornou regra depois do Concílio, estando o sacerdote voltado para a assembleia. Não bastasse o prefácio (7-10), escrito pelo Cardeal Ratzinger aproximadamente dois anos antes de ser eleito papa (está datado do domingo *Laetare* de 2003), o lançamento da tradução italiana foi feito pelo arcebispo Malcolm Ranjith, do Sri Lanka, recém-nomeado por Bento XVI para Secretário da Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos. Acresce ainda que, no começo de junho, o prestigioso Mosteiro de Bose, uma comunidade monástica ecumênica sob a orientação do conhecido prior Enzo Bianchi, realizou um simpósio internacional sob o título “O espaço litúrgico e sua orientação”, em que Lang esteve presente.

O tema não é inocente e, em última análise, pode estar pondo em questão a

reforma litúrgica do Vaticano II, tal como Paulo VI a executou. De fato, Nicola Bux, professor do Istituto San Nicola di Bari (Itália), no posfácio da tradução italiana (93-97), afirma com todas as letras que uma discussão dessa temática entre estudiosos e fiéis, poderia “contribuir a uma séria e equilibrada reforma da reforma litúrgica” (97, grifo do posfaciador), o que se poderia interpretar como uma crítica à reforma anterior como não séria nem equilibrada. Entretanto, não é este o caminho adequado para apresentar este livro, pois, como escrevia o então Cardeal Ratzinger no prefácio, “não se chega a nenhum resultado, etiquetando as posições como ‘pré-conciliares’, ‘reacionárias’, ‘conservadoras’ ou como ‘progressistas’ e ‘estranhas à fé’; vale uma nova abertura recíproca na busca do melhor cumprimento do memorial de Cristo” (8).

Os defensores da comum orientação de todos os participantes da oração litúrgica não se consideram contrários ao Concílio, pois ponderam que o Vaticano II não determinou nada a respeito da localização do altar. De fato, foi a instrução *Inter oecumenici* (26 de setembro de 1964), do *Consilium ad exsequendam Constitutionem Liturgicam*, órgão criado por Paulo VI para implementar a reforma determinada pelo Concílio, que propôs por primeiro a questão inserida posteriormente na

introdução geral do novo Missal Romano. De qualquer forma, em nenhum caso houve obrigatoriedade na posição do sacerdote em relação à assembléia.

O livro está dividido em quatro capítulos. O primeiro (17-25) apresenta o “status quaestionis”, mostrando que, na reforma litúrgica pós-Vaticano II, jamais foi ordenado como obrigação que o sacerdote que preside a eucaristia esteja de frente para o povo (*versus populum*). Apenas se abriu tal possibilidade. Inclusive J. A. Jungmann, um dos corifeus da reforma litúrgica, insiste neste ponto, advertindo contra o perigo de tornar essa prática uma moda a que se sucumbe sem pensar (cf. artigo “Der neue Altar”, em: *Der Seelsorger* 37 [1967] 374-381). O Cardeal Lercaro, que dirigiu o já citado *Consilium*, em carta de 25 de janeiro de 1966 aos Presidentes das Conferências Episcopais, recomenda prudência na mudança do altar. As próprias rubricas do Missal Romano de Paulo VI supõem que o padre esteja de costas para o povo e se volte a ele quando o saúda ou a ele se dirige. Aliás, há um erro em afirmar que o padre celebra “de costas para o povo”: não é a assembléia a referência, mas Deus. Na posição propugnada pelo livro sacerdote e assembléia estão voltados na mesma direção, “voltados ao Senhor”, como diz o título do livro. Como numa conversa ao falar com o interlocutor nos voltamos a ele, assim também nas orações litúrgicas, que constituem o cerne de toda celebração, quem preside deveria estar, com todos os presentes, “voltado ao Senhor”, em todo o caso em espírito. Entretanto, conforme a índole própria da liturgia, a atitude interior deveria expressar-se no gesto exterior.

O segundo capítulo (27-64) procura demonstrar a tese do livro a partir da história. A orientação tradicional da oração cristã é voltar-se para o oriente,

prática conhecida e generalizada no culto do sol em todo o âmbito geográfico que vai da Bacia Mediterrânea até a Índia. O cristianismo dá ao gesto um novo sentido: o verdadeiro Sol é Cristo (*oriens ex alto*, cf. Lc 1,78). O nascer do sol evoca assim a vinda de Cristo. O cristão que espera em oração a segunda vinda do Senhor, volta-se para o oriente nessa expectativa. Na orientação topográfica da oração, o cristianismo segue também o judaísmo da diáspora que orava voltado para Jerusalém e orientava suas sinagogas de forma que o nicho onde se guardavam os rolos da Torá, estivesse na direção da Cidade Santa. O A. cita inúmeros Padres e outros documentos para provar sua tese de que o cristão ora voltado para a direção do sol nascente. Até mesmo Tomás de Aquino ainda reconhece que essa orientação é apropriada (*secundum quandam decentiam*, STh II-II q. 84 a. 3, ad3).

A seguir, o A. discorre sobre a posição do “celebrante” no altar, posicionando-se na polêmica (1965-1971) entre O. Nuâbaum e M. Metzger, o primeiro (cf. “Die Zelebration versus populum und der Opfercharakter der Messe”, em: *ZKTh* 93 [1971] 148-167) favorável a que a forma original de celebração era com o presidente voltado ao povo e só à medida em que cresce a consciência do caráter sacrificial da eucaristia, se adota a posição de costas para o povo. Metzger (cf. “La place des liturges à l’autel”, em: *RevSR* 45 [1971] 113-145) refuta a argumentação de Nuâbaum, usando os dados arqueológicos das construções paleocristãs.

Tampouco vale a afirmação de que a última ceia foi celebrada *versus populum*, pois não foi bem assim. O costume convivial na antiguidade não dispunha que o lugar principal fosse no centro (como na Ceia de Leonardo da Vinci) ou na cabeceira (como o uso

atual), mas como primeiro num semi-círculo de convivas (cf. mosaico na Igreja de Sant'Apollinare Nuovo, em Ravenna). No caso de a Igreja não ter a ábside ao oriente, uma representação do Cristo Pantocrátor (como na Catedral de Monreale, Sicília) ou da cruz gloriosa (como na Basílica de São Clemente em Roma) constituem o "Oriente simbólico".

Por fim, com ajuda de plantas de edifícios paleocristãos, o A. corrobora sua tese observando a relação entre arquitetura e liturgia.

O capítulo terceiro (65-85) procura fundamentar a tese indicando os pressupostos teológicos e espirituais da orientação de quem preside a celebração. Primeiramente o A. discute a questão do "arqueologismo", acusação que tanto poderia ser feita à sua tese, como à tese contrária, quando argumenta que na última ceia Cristo estava voltado aos apóstolos. Aduz a atitude de Lutero que, baseando-se neste argumento, propugnou a celebração *versus populum*, no que, entretanto, não foi seguido, de forma que até hoje o altar nas Igrejas protestantes está no fundo da ábside, "voltado ao Senhor". Acentua que a questão não é estar quem preside voltado de frente ou de costas para a assembleia, nem a orientação para o leste, mas "a orientação comum do sacerdote e da assembleia na oração litúrgica" (73).

Abordando a dimensão teológica da prática propugnada, o A. explicita o simbolismo cósmico do culto sacramental para expressar a verdadeira natureza da eucaristia "como ato comum de adoração trinitária" (73). O gesto expressa que o verdadeiro contexto da eucaristia é o cosmos todo. O simbolismo cósmico do sol que nasce, tem uma dupla valência: "Em primeiro lugar como sinal do Cristo ressuscitado e, portanto, também do poder do Pai e

da obra do Espírito Santo; em segundo lugar como sinal de esperança na parusia" (ib.), que é o evento "que realiza a síntese cristã de cosmo e história" (ib.). Em suma: "O simbolismo cósmico do culto sacramental consente ao mundo permanecer transparente à realidade transcendental [sic!]" (ib.). Em oposição a isso, "a posição constantemente face a face do sacerdote e do povo [...] sugere um círculo fechado" (75), com o perigo de que a comunidade se encapsule. Além disso, trai "um conceito errôneo de Deus" (ib.): o eclipse da transcendência, com a conseqüente dessacralização e secularização da liturgia. O olvido da transcendência corresponde ao *Zeitgeist* ("espírito do tempo [atual]", em alemão na tradução italiana) e caberia à liturgia opor-se-lhe visivelmente. Mais ainda, como observava Hans Urs von Balthasar, longe de manifestar um caráter mormente comunitário, o sacerdote sempre voltado à assembleia, traz consigo uma nova forma de clericalismo (cf. "Die Würde der Liturgie", em: *IkaZ* 7 [1978] 481-487), em que os que presidem, são protagonistas e não mais, como diria mais tarde Max Thurian, "servos humildes e discretos" do mistério (citado na p. 85, cf. "La liturgie, contemplation du mystère", em: *Not.* 32 [1996] 690-697).

Outro aspecto teológico da questão é o enfraquecimento da concepção da eucaristia como sacrifício em favor de uma visão convivial. Ser sacrifício e ser banquete não se opõem. A eucaristia é ambas as coisas e os dois aspectos não podem ser isolados. Mas "nem a melhor catequese mistagógica pode compensar o declínio na compreensão da missa entre os católicos, se a celebração litúrgica comunica sinais contrários" (83).

Por fim, o A. transcreve amplamente trechos do já mencionado artigo de Max Thurian, em que o monge de Taizé, posteriormente convertido ao catolicis-

mo, vê a carência fundamental da vida litúrgica contemporânea no fato de a liturgia se ver privada de seu caráter de mistério. E critica: “A celebração inteira muitas vezes é conduzida como se fosse uma conversa e um diálogo no qual não há espaço para a adoração, a contemplação e o silêncio. O fato de que celebrante e fiéis estejam constantemente uns frente aos outros encerra a liturgia em si mesma [...] e impede a orientação contemplativa de toda a comunidade na adoração direcionada ao lugar simbólico da presença do Senhor e na expectativa escatológica de seu retorno” (84 e 85, citando Thurian, *ib.*, 692 e 694).

O capítulo quarto (87-92) retoma a tese e propõe que a proclamação da Palavra, os ritos introdutórios e conclusivos, a comunhão e todas as partes que são diálogo entre o sacerdote e os fiéis sejam feitas numa posição face a face. Para a liturgia eucarística em sentido estrito e, em especial, para a anáfora “seria bem mais apropriado que toda a assembléia, inclusive o celebrante, se voltassem ao Senhor e isto se exprime, voltando-se para o altar, quer este seja orientado [para o leste], quer indique simplesmente o Oriente ‘litúrgico’” (89). A razão teológica do posicionamento diferente de quem preside, está em que, embora a proclamação da Palavra também tenha um elemento latrêutico, não obstante prevalece o aspecto catabático (= descendente), enquanto na liturgia eucarística prevalece o anabático (= ascendente) (exceto na distribuição da comunhão) (16, defendendo-se das objeções de R. Kaschewsky, “Eine wichtige Veröffentlichung zur Zelebration *versus populum*”, em: *UVK* 30 [2000] 310-311).

Com essa referência já se sugere o caráter *sui generis* da introdução (13-16), em que, em vez de expor a problemática – o que fará no cap. I –, o A.

toma posição a respeito das críticas feitas a sua tese. Esse caráter peculiar da introdução provém de que o exposto no livro, já se fizera conhecido através de um artigo publicado na revista *Forum Katholische Theologie* 16 (2000) 81-123. O livro nada mais é que uma versão corrigida e ampliada desse artigo.

Com relação à apresentação gráfica, deve-se lamentar a adoção do costume anglo-saxão de pôr no final do livro as notas que deveriam estar no rodapé, o que obriga o leitor a ficar folhando constantemente da frente para trás, de trás para frente. A capa, de muito bom gosto, é um detalhe do mosaico de Rupnik na Capela *Redemptoris Mater*, do Vaticano.

Deixando para especialistas a discussão histórica e arqueológica, o recenseador gostaria de ressaltar o que há de positivo no livro: sua preocupação com a banalização da liturgia. É preciso dar razão ao A., quando apóia a crítica de Max Thurian no tocante à perda do mistério na prática litúrgica atual. De fato, quando os padres vão buscar como modelo de presidência da eucaristia os pop-stars em voga ou os animadores de auditório nos programas televisivos de domingo à tarde, podem atrair multidões, mas não exercem sua função fundamental de “servos humildes e discretos” do mistério celebrado. Quando se torna usual “ir à missa do Padre Fulano”, em vez de buscar, em primeiro lugar, a participação sacramental no mistério pascal, o “celebrante” torna-se mais importante que o “celebrado”. Quando a televisão mostra em close o mais central do mistério da fé, expondo-o aos olhos desinteressados ou até mesmo debochados de telespectadores sem fé, esqueceu-se o mínimo de uma sã “disciplina do arcano”. Quando as liturgias perdem toda solenidade e se desenvolvem na mais banal platitudo, esqueceu-se o que

até Joãozinho Trinta sabia: “intelectual é que gosta de pobreza; pobre gosta de luxo”. Quando se multiplicam as palavras e “explicações”, em vez de celebrar de forma que os gestos falem por si do mistério da entrega de Cristo por nós, algo está errado nas nossas celebrações. Quando padres e pessoas de boa vontade, com a melhor das intenções, crêem ter que inventar cada domingo uma coisa diferente para chamar atenção e provocar elogios à criatividade da “equipe litúrgica”, perdeu-se a percepção do essencial na eucaristia. Nesse sentido, a preocupação do A. pela perda da dimensão de

transcendência, sacrificial e escatológica da eucaristia é algo sumamente válido. A questão é saber se a volta à orientação comum de sacerdote e assembléia para o “Oriente litúrgico” será suficiente e mesmo necessário para resolver a questão. Como o A. mesmo reconhece, o essencial é a orientação interna, que a externa quer expressar e incentivar. Em qualquer hipótese, faz falta uma catequese mistagógica que retorne sempre de novo ao essencial.

Francisco Taborda SJ

---

RIBEIRO, Fernando: *Os Incas, as plantas do poder e um tribunal espanhol*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. 222 pp., 22,8 X 16 cm. ISBN 85-7478-175-4.

---

Não é uma resenha. Tipo literário feito para a academia, em estilo analítico e crítico, reduzindo o livro a arcabouço de idéias, para tecer, em seguida, o fatídico juízo soberano do recenseador. Não é introdução, já feita pela pena magistral do prefácio de L. Boff. Nem apresentação editorial, que as orelhas retratam. Que é então? Não sei. É um navegar por um livro, conhecido antes de lê-lo, desconhecido depois de tê-lo feito. Quem priva da amizade do casal Luiz Alberto e Lúcia, pais do Fernando, acompanhou o drama existencial da prisão, sofreu os meses de escuridão carcerária e alegrou-se pascalmente com a liberação dos inocentes – eram dois – das garras do poder.

A ladainha de agradecimentos que Fernando desfia na primeira página já revela que pisamos terra diferente. Longe dos formalismos de teses em que o doutorando, sinceramente ou não, tece loas aos orientadores, leitores examinadores e outras pessoas envolvidas no processo acadêmico. Aqui se

jogavam uma vida, uma experiência espiritual, uma comunidade de vida, um ideal religioso, uma missão e embate cultural de raízes seculares. E as vezes se levantaram desde o Brasil até o Japão, passando pela Alemanha e densificando-se na Espanha.

L. Boff, ao prefaciá-lo, imerge o leitor nas águas profundas do livro. Entrelaça a dupla história em jogo, separada pelo curto lapso de 5 séculos: a história real e atual da prisão e a memória fantástica do Império Inca. O elo dos séculos se teceu pela bebida cerimonial “Ayahuasca”. Lá, na civilização Inca, ela ressumava sacralidade. Hoje, no aeroporto de Barajas, foi profanada pela polícia sob a categoria de droga perigosíssima.

O balancear entre as duas histórias ressoa no coração de Fernando, que transformou o relato bibliográfico em aventura de alcance religioso e cultural para além da singularidade de sua pessoa. Tudo começa com um mergulho psicanalítico na solidão da Prisão em

Madri, aliviada pelo gesto de escrever. Duas luas cheias se passaram por detrás das paredes do Presídio e chegaram a nove entre a saída e volta ao Brasil – tempo de gestação humana – enquanto no recôndito da alma jovem do prisioneiro se ia formando a idéia-mestra do livro: articular a experiência presente com a cultura inca, raiz forte da América pré-colombiana. Agora esse filho escrito, gerado lá na noite escura do cárcere, viu a luz na solar cidade do Rio de Janeiro. Nasceu, como Fernando mesmo confessa, para cumprir uma missão. Não o pensou para os iniciados, para os místicos. Era a necessidade de criar um elo com os “leigos, os acadêmicos, os juízes do mundo moderno”. É uma revelação no sentido mais forte do termo, tirando o véu, com que a cultura ocidental cobriu a ciência dos Incas, seus sacerdotes, rituais e cerimônias. Recupera o tesouro da civilização Inca, o *El Dorado* que os espanhóis na ganância de ouro nunca encontraram e muito menos lhe perceberam o sentido profundo religioso, antes fizeram tudo por destruí-lo, em vão. Essa ciência – natural e espiritual – que está detrás da misteriosa bebida da floresta, se submergiu e agora explode na própria Espanha. A prisão se fez sacramento – sinal visível – da aparição da invisibilidade dessa realidade. Anunciá-la é o sentido profundo desse escrito. O veredicto final da Corte espanhola não significou unicamente a inocência dos acusados, mas o reconhecimento do renascer do broto de uma árvore que os espanhóis da conquista pensaram ter destruído.

Isso aparece no final do processo. Mas naquele primeiro momento, para o olhar policialesco, ali estavam dois traficantes internacionais, presos em flagrante, um deles, adulto jovem, filho da pós-modernidade desvairada dos anos 60, que bebe, cheira e se pica com drogas, em busca de aventuras fora da realidade, enjoada da civilização que o

Estado policial defende. Escondiam-se, porém, naqueles quase quarenta anos de vida, sonhos, desejos de meter-se em pesquisas das tradições ayahuasqueiras e da soterrada cultura Inca. E na Espanha deparou com a grandiosa obra de Garcilaso de la Veja – *Comentarios reales de los Incas del siglo XVI* –, escrito em espanhol arcaico com mais de mil páginas. Encontrou-se o outro lado da ponte. Fernando relê com olhos novos a obra do inca mestiço, detendo-se na história dos Incas antes do embaite com a máquina espanhola de morte, com promessa de outros estudos que continuem a aventura dessa civilização.

O autor persegue os lençóis de água da cultura Inca que resistiram à devastação das camadas geológicas pelos séculos de silêncio e dominação. Eles afloram em outros rios e regam paisagens diferentes de nações indígenas plurais e de tipos originais de pessoas: curandeiros populares, xamãs, ayahuasqueiros pelo interior do Peru, Bolívia, chegando com vestes modernas a penetrar ruas e avenidas do século XX. Os dez litros da misteriosa bebida, que Fernando levava consigo, visibilizavam o fio condutor dos séculos que o separavam dos Incas.

O livro fascina pelas diferentes viagens tanto no presente como no passado. Fernando e Chico não só voaram para outro Continente físico, mas viajaram para dentro da própria interioridade num jogo emocionante de sofrimento pesado e esperança leve, de horas escuras e momentos luminosos. Quando o bloco de cimento e as grades os travavam, Fernando ainda conseguia imaginar que a silhueta da montanha que vislumbrava “devia ser bonita, e por cima de tudo o céu estrelado”. Toca o leitor a ligação interior com a natureza que atravessa o relato, e tanto mais contrastante quanto mais o ambiente dos seres humanos traduzia a dureza e rigidez do universo da repressão. A beleza da natureza, que volta a cada

momento no relato, e a feiúra do mundo dos humanos que trancafiavam outros humanos ostentam a dor e a vergonha do contraste. Que dirão de nós em séculos vindouros as pessoas, ao saberem que metíamos seres humanos dentro de jaulas como animais ferozes?!

Pela leitura se faz viagem escura desde o momento da prisão no aeroporto até a soltura e volta ao Brasil. Meses de túnel. Quem lê sente mais a dor de acompanhar o périplo do processo. Pois ciente da inocência dos acusados, percebe o terrível equívoco das suspeitas levantadas pelo aparato repressor, que desencadeou verdadeira operação de guerra. Torna-se chocante o contraste, entre a pureza dos que levavam e usam a bebida cerimonial e a fantasia da inteligência policialesca espanhola.

A viagem pelo século XVI sofre do mesmo paradoxo. O Império Inca expande-se nas asas do sentido de humanidade, levando a diversos povos indígenas cultura, organização e dignidade, enquanto o espanhol veio embriagado de ganância de ouro e prata, triturando sangrentamente uma civilização de séculos e de extraordinária riqueza simbólica, religiosa e humana.

Mais uma vez o texto provoca no leitor o sentido de indignação ética. O livro conduz pelos meandros da história, opondo a epopéia Inca à devastação européia. E para vergonha do Cristianismo, a primeira se construiu à luz de uma religião do culto ao deus Sol e a segunda invocou a nome de Cristo para destruir tudo o que se lhe opunha. Sob a veste cristã, esconderam-se interesses de outra natureza: econômicos e políticos de Empresas e dos Estados.

Atravessa a narrativa do século XX uma aura mística na relação entre os membros das comunidades. Por onde passam os seus membros são recebidos com celebrações, festa e alegria. E no sofrimento, difunde-se sentimento de

solidariedade. Faz lembrar as narrativas de Lucas que embelezam os primeiros anos das comunidades cristãs. Fernando e Chico, nas sombrias horas da prisão revelam fé numa missão maior que o simples desenrolar da parafernália repressiva. Algo de maior e de longo alcance se jogava dentro daqueles interesses pensados pela visão curta da ação policial.

Acompanha a tônica principal da narrativa a consciência de que nada se vive na superficialidade do acontecido. Tudo aponta para desígnio superior, seja numa interpretação para cada um dos atores quanto para as comunidades. Há um sim e não nos acontecimentos. Nada se entende numa compreensão limitada ao puro fato.

“Em alguns momentos cheguei a pensar”, narra Fernando, “que havíamos entrado em um barco furado”. Era um primeiro impulso, imediato. Leitura simples da irracionalidade do que acontecia com eles. “Mas depois, em outros momentos, tudo parecia que se encaixava, como se houvesse um plano muito preciso”. Essa frase oferece chave de leitura de toda a narração.

Há um lado de naufrágio, de fracasso, de iniquidade na dupla narração passada e presente. Lá no Império dos Incas pareceu tudo ser destruído. Lá na prisão de Madri o projeto despretensioso de uma escala em direção ao Japão ruía por terra. É um lado. Mas, essa adversativa modifica a inteligência da narrativa.

A civilização Inca permaneceu em muitas ramificações nativas; “estão aí até hoje”, observa Fernando, “pelas regiões dos Andes, no Peru, na Bolívia, na Amazônia brasileira, e mantêm vivas suas tradições, não se renderam à cultura do homem branco. São xamãs, curandeiros, pajés, muitos que trabalham com as plantas sagradas”. Neles deixaram os Incas sua marca.

E o sim e não de Madri de hoje? O projeto primeiro foi interrompido. Tentativa de aborto. A vida venceu essa agressão e nasceu em Fernando a intuição de ligar, por meio da bebida ritual e sagrada, dois mundos distantes. Lançou raízes nos Incas destruídos pelo Estado espanhol do século XVI para entender o que está fazendo o novo Estado espanhol com a suspeita a respeito da bebida. “No silêncio daquela cela, entre as grades daquela prisão espanhola, nascia a vontade de ir buscar esses estudos, e apontar novos holofotes sobre essa face tão marcante e ignorada da memória americana”.

O livro fecha com um conto “A Cerimônia”. É mais que conto. É quase uma tese, vestida com beleza simbólica, sem a rigidez acadêmica. E termina com um grito. A tese: lá nos inícios, na civilização Inca, havia uma Ciência do Sagrado, guardada e transmitida num Círculo Sagrado de Conhecimento. Veio a destruição da conquista. Ela se eclipsou e agora emerge em diversos lugares em plena modernidade. É o momento de mostrar à modernidade que ela, a bebida ritual do “vinho sagrado”, o “vinho das almas”, a “Planta do Poder” não se confunde, como fez o Sistema de Inteligência espanhol com droga, mas reflete uma civilização com sabedoria que merece o respeito. E o grito final vem das entranhas do sol

ameríndio em protesto contra a continuada dominação européia.

Terminadas as múltiplas viagens, um leitor radicado na religião cristã de acento ocidental sente-se perplexo. Invade-o o frescor religioso, diria místico, que brota de experiência com raízes bem antigas e escondidas. Não lhe escapa certa analogia com a vivência de comunidades cristãs em situações análogas. Percebe a seriedade e gravidade do uso ritual da ayahuasca com sua impressionante força espiritual. Abre-se espaço para um diálogo inter-religioso do Cristianismo com essas antigas tradições incas em espírito de respeito e compreensão para que os dialogantes aprendam um do outro. Estamos diante de um relato pessoal que se ultrapassa a si mesmo para transformar-se num anúncio – boa notícia – de harmonia com a dimensão do espírito e da natureza vindo das entranhas da civilização Inca para a modernidade ocidental perdida na voragem do dinheiro e dos bens materiais. E tudo isso escrito numa linguagem viva e atraente que conduz suavemente o leitor pelos múltiplos itinerários.

*João Batista Libanio SJ*